Políticas de Defesa Nacionais e a Cooperação em Defesa Sul-Americana: um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Colômbia

Tamires Aparecida Ferreira Souza – Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidad Complutense de Madrid (UCM) |

Resumo

Buscando enfrentar os desafios impostos às políticas de defesa e segurança nos âmbitos regional e internacional, os Estados se voltam à cooperação em defesa. Com a complexidade das alianças estratégicas de defesa, nota-se um movimento de medidas interestatais, que procuram consolidar novas vias para o progresso cooperativo, tanto bilaterais, como multilaterais, sendo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), um exemplo expressivo. O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo comparado entre as políticas de defesa nacionais de Argentina, Brasil e Colômbia, com enfoque no campo da cooperação regional em defesa, destacando-se o CDS. Nossa metodologia está baseada em fontes primárias e secundária, com um marco temporal iniciado nos anos de 1990 até o ano de 2018. Observamos no caso da Argentina e do Brasil uma situação particular de estratégias cooperativas, distintamente da Colômbia, que possui uma normatividade em defesa e segurança focada em seu nível nacional. Ademais, não há uma sintonia normativa entre os países analisados, apesar de incorporarem, progressivamente, ao longo do tempo, propostas de ações cooperativas regionais

Palavras-chave: Política de defesa; Cooperação em Defesa; Argentina; Brasil; Colômbia.

Abstract

Seeking to face the challenges imposed on defence and security policies at the regional and international levels, states turn to defence cooperation. With the complexity of strategic defence alliances, there is a movement of inter-state actions which seek to consolidate new avenues for cooperative progress, both bilateral and multilateral, being the South American Defence Council (SADC), of the Union of South American Nations (UNASUR), an expressive example. This article aims to do a comparative study between the national defence policies of Argentina, Brazil and Colombia, focusing on the field of regional defence cooperation, especially the SADC. Our methodology is based on primary and secondary sources, with a timeframe that began in the 1990s and goes until 2018. In the case of Argentina and Brazil, we observed a particular situation of cooperative strategies, distinctly from Colombia, which has a normative in defence and security focused on your national level. In addition, there is no normative alignment between the countries analysed, although they have gradually incorporated, over time, proposals for regional cooperative actions.

Keywords: Defence policy; Defence Cooperation; Argentina; Brazil; Colombia.

1. Introdução

Percepções comuns e a formação de identidades coletivas são os principais agentes de uma transformação pacífica. Isso supõe a responsabilidade mútua entre os Estados, atrelada à decisão de não utilizar a violência física como mecanismo legítimo de resolução de conflitos (FLEMES, 2005, p.221-2). “[...] Interesses e identidades são lentamente construídos, com base em estruturas institucionais, novas ou reinventadas, exigindo aprendizado e inéditas perspectivas entre os agentes estatais e mesmo não-estatais” (SOARES, 2008, p. 166-7). A região sul-americana insere-se nesse cenário marcado por processos cooperativos, porém, é uma arena composta de complexidades e especificidades únicas.

A presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo comparado entre as políticas de defesa nacionais de Argentina, Brasil e Colômbia, com enfoque no campo da cooperação regional em defesa, destacando-se o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A escolha do CDS está baseada no fato do órgão compor uma proposta única no que se refere à defesa e à segurança regional, que gerou, na época de sua criação, grandes expectativas e planejamentos. Paralelamente, o enfoque em Argentina e Brasil ocorre devido aos seus papéis centrais na criação e no desenvolvimento de propostas de cooperação regional, bem como em suas relevantes atuações no âmbito do CDS. Em contraposição, inserimos a Colômbia, caracterizada como ponto de inflexão do Conselho e caso conflitante com a busca de uma efetiva autonomia regional e de uma cooperação em defesa unicamente sul-americana, especialmente devido à sua orientação política, econômica e militar voltada aos Estados Unidos, e seu confronto ideológico com outros países da região, como Equador e Venezuela. Nossa metodologia está baseada em fontes primárias e secundárias, especialmente documentos normativos

de defesa nacional e discursos de autoridades governamentais. Ademais, nosso marco temporal inicia-se nos anos de 1990 até o ano de 2018. A escolha de tal marco está atrelada às publicações dos documentos de defesa nacionais dos países que serão analisados.

Desta forma, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira tratará sobre a cooperação em defesa na região sul-americana, apresentando suas particularidades e instituições envolvidas, com destaque ao Conselho de Defesa Sul-Americano. A segunda seção destina-se à compreensão das políticas de defesa nacionais de forma geral, com especial enfoque na América do Sul. A terceira parte visa apresentar e discutir os principais pontos das políticas de Argentina, Brasil e Colômbia, seguindo a linha temporal de suas publicações, e centrando-nos no campo da cooperação em defesa regional. Por fim, na seção conclusões, promoveremos uma comparação mais estruturada entre os três países e suas perspectivas nacionais.

2. A Cooperação em Defesa Sul-Americana

O fim da Guerra Fria pode ser considerado um marco nas relações entre os Estados no âmbito da segurança e defesa, notando-se uma situação de ampliação de ameaças para além do campo fronteiriço, como crime organizado e tráfico, e passando a exercer uma característica transnacional. Destaca-se o papel da potência estadunidense no campo do combate ao narcotráfico e sua influência sobre a região sul-americana, especialmente em países como Colômbia, inserindo uma agenda de segurança multidimensional (DREGER, 2009). Segundo Pagliari (2009), tal diversidade de ameaças possibilita uma maior influência dos Estados Unidos sob a região latino-americana, em que respostas e estratégias securitárias são lideradas pela potência. Um exemplo claro

é o Plano Colômbia e a associação do combate ao narcotráfico com o terrorismo, como agendas sul-americanas de segurança. Ao mesmo tempo, a Organização dos Estados Americanos (OEA) ainda se faz presente como uma instituição representativa da posição estadunidense, notável na construção de conceitos, como de segurança multidimensional, fortalecendo o papel dos EUA sob a região. Nesse cenário, processos de securitização ganham um espaço cada vez maior, abrangendo questões de direitos humanos, recursos naturais e democracia (DREGER, 2009).

Nota-se, nesse contexto, a substituição de alianças militares por processos cooperativos nesse campo, em que a

cooperação em segurança está relacionada com “relações bi a multilaterais” tanto entre civis como militares, “cooperação político-militar, cooperação civil de segurança, e cooperação de defesa, que inclui os ministérios de defesa e as FFAA [Forças Armadas] dos países envolvidos, cobrindo, diretamente, a questão da cooperação militar”. (SOUZA; SCHWETHER, 2014, p. 440)

Paralelamente, segundo Soares (2008, p. 166-167), a cooperação em defesa marca-se pela “vigilância e controle de fronteiras”, o “intercâmbio na área de inteligência” e pela “estratégia de ocupação de espaços no cenário internacional, enquanto ator integrado em bloco”. A cooperação proporciona uma aproximação entre os Estados, possibilitando a construção e a interligação de interesses comuns, mesmo que historicamente existam percepções de desconfiança. Para Rezende (2013), tal cooperação volta-se à prevenção de conflitos internacionais e regionais, além da preservação da soberania dos Estados nacionais. Segundo Abdul-Hak (2013, p. 25-26), a cooperação em defesa está associada à coordenação de políticas dos Estados em relação a ameaças e ao uso e controle da força, ocorrendo a alteração de seus comportamentos. Tal cooperação pode incluir exercícios entre as Forças

Armadas, “formação de recursos humanos, desenvolvimento de tecnologia militar e intercâmbio de inteligência”. Concomitante, promove, no campo político, o estreitamento das relações entre os membros e a promoção de confiança, constituindo, com isso um papel dissuasório e instrumento para a diplomacia.

As relações de segurança interestatais têm necessidade de instituições regionais fortes, que disponham de legitimidade suficiente para canalizar interesses particulares. A fundação de instituições comuns constitui uma base necessária, mas ainda insuficiente, para forjar uma comunidade de segurança. A vontade política dos membros líderes de uma potencial comunidade de segurança é imprescindível, particularmente para alcançar objetivos coletivos. A chave para a solução da problemática colocada pelas divergências de objetivos e pelos déficits de institucionalização encontra-se no diálogo aprofundado sobre segurança entre os países do Sul da América Latina (FLEMES, 2004, p. 185).

De acordo com Costa (2003, p. 181), “a cooperação sul-americana deve ser vista como um instrumento de alavancagem coletiva de todos os países da região”, permitindo, por meio de medidas de confiança mútua, a construção da cooperação no âmbito da segurança e defesa regional. Para Dreger (2009), o processo de cooperação e integração sul-americana está marcado por fatores estruturais influentes, como a globalização, associada à abertura econômica, ao regionalismo e à busca regional por autonomia e poder. Ao mesmo tempo, Soares (2008) apresenta que a cooperação militar do cone sul foi impulsionada por dois elementos centrais, os processos de redemocratização e a procura por maior autonomia.

De maneira adicional, o conceito de Medidas de Confiança Mútua (MCM) foi desenvolvido em 1975, durante a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que se pautava na diminuição do risco de conflito militar por meio da promoção da

confiança. De forma mais ampla, pode-se dizer que tais medidas são ferramentas utilizadas para “proporcionar maior transparência e reciprocidade nas relações entre os Estados, por meio da comunicação entre as ações dos atores envolvidos, proporcionando a prevenção de conflitos ou crises, o fortalecimento da paz e um maior sentimento de segurança dos Estados” (SOUZA, 2018, p. 617). De acordo com Aravena (2002, p. 35-36), as MCM são ações bi e multilaterais com vínculo de reciprocidade, pautadas em declarações de paz entre os países envolvidos e suscetíveis de avaliação e verificação. As medidas podem ser compreendidas, para o autor, a partir de níveis de desenvolvimento, sendo o primeiro marcado pela busca da erradicação da desconfiança, utilizando ações preventivas de conflitos e edificação de comunicação e conhecimento mútuo. Como segundo nível, observa-se a construção da confiança, desenvolvendo atividades para a criação de um novo padrão de relação entre os Estados, marcado por desenhos institucionais formais. O terceiro nível caracteriza-se pelo aprofundamento da confiança, com o emprego de ações conjuntas. Por fim, há a planificação da cooperação, por meio de uma aliança político-estratégica, pautada em políticas exteriores e de segurança comuns. Desta forma, pode-se considerar que as MCM estão constituídas por algumas características centrais, sendo tais: transparência e abertura; previsibilidade; reciprocidade e equivalência; comunicação; estabelecimento de um padrão de relacionamento; viabilidade; coerência (política); capacidade de verificação; suporte social (legitimidade nacional); e variação de acordo com o número de membros envolvidos (SOUZA, 2018).

Pragmaticamente, de acordo com a Organização dos Estados Americanos (2012), a adoção de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança (MFCS) está destinada a “prevenir crises e situações de conflito, ao fortalecimento da paz e segurança interna-

cionais; e à promoção do desenvolvimento, criando e propiciando condições necessárias para uma cooperação eficaz”.¹

Na América Latina, medidas de confiança mútua são verificadas por meio da regulação da atividade militar, abrangendo intercâmbio de informações e dados; exercícios conjuntos entre Forças Armadas; comunicação e notificação de atividades militares; além de verificações de programas de armamentos e restrições de ações concretas. Paralelamente, os Estados da América do Sul buscam a redução de conflitos militares fronteiriços; o controle de armas convencionais e de destruição em massa e gastos em defesa; e a elevação de níveis de cooperação, que proporcione o desenvolvimento de uma possível integração regional. A exemplo, algumas medidas constatadas são: Encontros das Forças Armadas do Chile e Peru, voltados à limitação de gastos militares e desenvolvimento de segurança comum, sendo que, posteriormente, os Estados da Bolívia, Chile e Peru assinaram o Acordo de Cooperação para a Consolidação da Paz e Amizade; a Cooperação nuclear entre Argentina e Brasil, com o desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos, inspeções às instalações e confiança mútua nuclear; as Reuniões de Estados Maiores das Forças Armadas, entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, para uma cooperação pacífica e intercâmbio de infor-

1 Dentre as medidas propostas, estão: “a) Adoção gradual de acordos sobre notificação prévia de exercícios militares; b) Intercâmbio de informações e participação de todos os Estados membros no Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas e no Relatório Padronizado Internacional sobre Gastos Militares; c) Fomento da elaboração e do intercâmbio de informações sobre política e doutrinas de defesa; d) Consideração de um processo de consultas com vistas ao avanço na limitação e controle de armas convencionais; e) Acordos sobre convite de observadores para exercícios militares, visitas a instalações militares, facilidades para a observação de operações rotineiras e intercâmbio de pessoal civil e militar para formação, treinamento e aperfeiçoamento; f) Reuniões e ações para evitar incidentes e incrementar a segurança no trânsito terrestre, marítimo e aéreo; g) Programas de cooperação em casos de catástrofes naturais ou para prevenir essas catástrofes, com base na solicitação e autorização dos Estados afetados; h) Desenvolvimento e implementação das comunicações entre as autoridades civis ou militares de países vizinhos, de conformidade com a sua situação fronteiriça; i) Realização de seminários, cursos de divulgação e estudos sobre medidas de confiança mútua e políticas de fortalecimento da confiança com participação de civis e militares e sobre as preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares; j) Realização de uma reunião de alto nível sobre as preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares; e k) Programas de educação para a paz” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1995).

mação e pessoal (CARO, 1994, p. 01-06). Ademais, foram publicados os Livros Brancos de Defesa Nacional, constituídos de políticas de defesa dos Estados e prospecções futuras; a medição de gastos de defesa entre os países sul-americanos; e as operações de paz conjuntas, como o caso do Haiti (VAZ; JÁCOME, 2009; TUBINO, 2008, p. 179-180).

Como iniciativa no campo da defesa multilateral e abrangendo doze países sul-americanos, em dezembro de 2008 foi criado, no interior da União de Nações Sul-Americanas², o Conselho de Defesa Sul-Americano. O ex-Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, iniciou, a partir de março de 2008, visitas aos países sul-americanos para desenvolver, de maneira conjunta, o CDS, primeiro órgão de defesa da região. O Conselho é um “órgão de consulta, cooperação e coordenação” em temas de defesa, sendo regido por meio de “princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização dos Estados Americanos e das decisões e mandatos do Conselho de Chefes de Estado e do Conselho de Governo da UNASUL”, pautado no respeito à soberania nacional, à integridade territorial estatal, às instituições democráticas, ao Estado de Direito, à autodeterminação dos povos e a não intervenção em assuntos internos (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008). Apesar de carecer de expressivos avanços, desenvolvendo medidas de confiança entre seus membros e criando o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), o CDS tornou-se um instrumento de grande importância para a consolidação de uma cooperação em defesa entre os países da região.

2 Em 2004, por iniciativa brasileira, criou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), marcada pela associação, única, de doze países sul-americanos. Sua proposta baseia-se em uma cooperação política, com a coordenação de políticas exteriores e a convergência entre outras organizações, como a Comunidade Andina (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e países como Chile, Guiana e Suriname, para uma área de livre comércio e uma integração física, energética e de comunicações, inserindo em seu escopo a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. (SANAHUJA, 2009, p. 31). Em 2008, essa Comunidade passou por uma transformação, com a assinatura do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), objetivando promover na região uma personalidade jurídica internacional para dialogar com outros blocos, com o *status* de organização internacional.

A iniciativa brasileira de criação de tal Conselho pode ser inicialmente caracterizada pelo cenário sul-americano marcado por algumas tensões entre os Estados. Os Estados Unidos, apesar de relativa diminuição de sua influência sobre a região, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, realizaram o fortalecimento do Comando Sul e do Plano Colômbia, as negociações de bases militares no território colombiano, e a reativação da IV Frota (BATTAGLINO, 2009). Paralelamente, houve o aumento das tensões entre os países vizinhos, resultando na crise político-diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela, em 2008, com o ataque colombiano ao acampamento das FARC em território equatoriano, durante a Operação Fenix, efetuando a morte de Raúl Reyes, segundo comandante das Forças. Tal conflito pode ser considerado um “gatilho” para a construção da cooperação em defesa no âmbito do CDS. Duas formas de atuação durante esse momento crítico podem ser observadas, uma por parte do Brasil, exercendo um papel de mediador junto ao Grupo do Rio para uma resolução pacífica; e a iniciativa da Venezuela, com uma polarização militarizada partidária do posicionamento equatoriano. (TEIXEIRA JR., 2013).

Ao mesmo tempo, observa-se o enfraquecimento da OEA e de seus mecanismos no campo da resolução de conflitos. Contudo, a presença estadunidense ainda é considerada influente no organismo, utilizando-se de ações unilaterais para a solução de crises regionais, as quais resultaram em momentos políticos e militares instáveis para o hemisfério. Pode-se considerar a origem do CDS facilitada por esse momento de fragilidade das instituições hemisféricas, ainda que, segundo Saint-Pierre e Castro (2008), esse pode ser considerado um fator contextual, mas não causal, para a criação do Conselho por parte do Brasil. A proposta brasileira é considerada de cunho estratégico para o país e para sua Política Externa e de Defesa, proporcionando uma maior independência frente ao modelo segurança dos EUA e o desenvolvimento de uma institui-

ção regional de resolução de conflitos capaz de regular a cooperação e construir consensos (TEIXEIRA JR., 2013, p. 38-42).

Outros elementos que podem ser inseridos nessa perspectiva são o processo de democratização e a integração econômica em uma abordagem de livre-mercado. Em uma perspectiva liberal das Relações Internacionais, a consolidação da democracia e o aumento do intercâmbio econômico e cultural entre os países possibilitariam a formação de zonas de paz. No caso regional isso se torna evidente com, em certa medida é variável de país para país, o controle civil sobre as Forças Armadas, a resolução de crises políticas pautadas nas leis e a eleições de representantes para os poderes nacionais (VITELLI, 2016a, p. 24-31).

3. Políticas de Defesa Nacionais: A América do Sul

A construção de políticas de defesa na América do Sul ainda é um processo em andamento, especialmente devido à recente instituição de agências civis na gestão da política nacional dos Estados da região (DIAMINT, 2016). Deve-se considerar que as políticas de defesa são políticas públicas determinadas a partir de negociações entre os entes internos. Como consequência, as mesmas estão sujeitas a possíveis oscilações devido a mudanças político-governamentais (SAINT-PIERRE, 2006, p. 06-07). Desta forma,

uma política de defesa deve ser encarada como uma política pública responsável por regular não somente a estruturação das forças armadas como instrumentos do poder político nacional, mas, sobretudo, garantir que o poder militar gerado por estas estruturas (Marinha, Exército e Aeronáutica) seja capaz de equilibrar as relações de forças existentes entre os Estados no plano internacional (ALSINA JR., 2003, p. 55).

A política de defesa nacional apresenta-se como um documento capaz de formular uma resposta a possíveis ameaças externas, pautada no viés militar (ALMEIDA, 2010). Os Livros Brancos de Defesa Nacional apresentam-se como planos e objetivos governamentais no campo da defesa e segurança, desenvolvendo uma abordagem estratégica das capacidades militares e planejamentos futuros; ao mesmo tempo em que proporcionam um maior grau de confiança e transparência entre os países da região também em relação à sua própria população, que passa a participar das discussões e da elaboração do documento, situação que tem impacto direto nas relações civis-militares do país. O impulso para a elaboração de tais livros se iniciou com a Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, fomentada através da liderança estadunidense, para prover uma maior confiança hemisférica e readaptar a segurança das Américas ao novo cenário pós-Guerra Fria, resultando no desenvolvimento de iniciativas como o Compromisso Democrático e as Conferências de Ministros de Defesa. Porém, ainda assim, a grande motivação se deu a partir dos próprios objetivos das políticas nacionais dos Estados. Apesar da reconhecida iniciativa, os Livros Brancos acabaram evidenciando a fragilidade dos Ministérios da Defesa sul-americanos, concomitante à sua elaboração descolada da construção de mecanismos efetivos de consulta e participação dos cidadãos (GUYER, 2017, p. 17-22).

O desenvolvimento de políticas públicas de defesa exige um aparato democrático, que controle as Forças Armadas e que insira o país nos processos regionais e internacionais de diálogo e cooperação. Contudo, com o fim das ditaduras militares, o controle civil não efetuou, com grande urgência, o estabelecimento de tais políticas, visto a diminuição de conflitos regionais e a ausência de um desejo de condução de um sistema de defesa por parte de líderes políticos. Nesse contexto, notam-se, como grandes problemas que cerceiam essa defasagem de políticas de defesa, as dificuldades de: interação civil-militar,

em paralelo com a subordinação das Forças Armadas ao Estado; estabelecimento de princípios de interação nacional em defesa, como exercícios de transparência, fortalecidos por meio dos Ministérios de Defesa e suas medidas legais, institucionais e orçamentárias, e; participação do Congresso na formulação de pontos relevantes ao campo de defesa nacional, regional e internacional (DIAMINT, 2012, p. 31-2).

A Argentina consagrou sua institucionalidade em defesa com sua constituição reformada de 1994, apesar de manter algumas leis quanto à defesa nacional, a segurança interior e a estruturação de seus Ministérios. O país inaugurou sua normatividade em defesa e segurança com o Livro Branco de Defesa Nacional, de 1998, que foi revisado e atualizado em 2010 e 2015, além de suas Diretivas de Política de Defesa Nacional, datadas de 2009 e 2014. Já a institucionalidade brasileira no campo da defesa nacional, a partir da democratização do Estado, nasceu com a constituição de 1988, com a promulgação de leis cerceando suas Forças Armadas, relações civis-militares, agência de inteligência e preparo frente às ameaças. Em 1996 houve o lançamento da primeira Política Nacional de Defesa (PND), sendo seguida por seu aprimoramento em 2005 e 2012. Em paralelo, foram divulgadas a Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008 e 2012, e o Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012. Já a Colômbia tem sua normatividade em defesa promulgada com a constituição nacional de 1991, que teve sua última atualização em 2015. Ademais, em 1999, o país desenvolveu o “Plano Colômbia: Plano para a Paz, a Prosperidade e o Fortalecimento do Estado”, formulando um plano estratégico envolvendo questões de segurança e desenvolvimento econômico. Em seguida, foram publicadas a Política de Defesa e Segurança Democrática, de 2003; a Política de Consolidação da Segurança Democrática, de 2007; os Guias de Planejamento Estratégicos 2007-2010, 2011-2014 e 2016-2018; a Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, de 2011; a Política

Nacional de Defesa da Liberdade Pessoal (2011-2014); o Livro Branco das Estatísticas do Setor Segurança e Defesa, de 2014; e a Política de Defesa e Segurança “Todos por um novo país”, de 2015.

4 . Argentina, Brasil e Colômbia: Políticas de Defesa e Cooperação regional

Na política de defesa brasileira nota-se o papel desempenhado pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve a inserção da temática de defesa para além do centro militar, tornando-a parte de toda a sociedade, concomitante à proposta de associação entre Forças Armadas e diplomacia para a construção de um “quadro estratégico internacional”. Em 1996 publicou-se a primeira Política Nacional de Defesa, que configurou um documento pautado nas visões tradicionais de militares e diplomatas, com um “consenso superficial”, visto o conflito de posições quanto à “interface” entre as políticas externa e de defesa, já que, entre os primeiros não havia um consenso em relação às diretrizes, apenas a importância de inserção do poder militar nas relações exteriores; e no caso dos segundos, necessitava-se reafirmar as posições e adequar o Brasil ao novo cenário internacional do pós-Guerra Fria (ALSINA JR., 2003, p. 15-9).

Na Argentina, o primeiro Livro Branco de Defesa Nacional foi publicado em 1998 durante o governo de Carlos Menem, sendo redigido apenas por militares das Forças Armadas e membros do Ministério da Defesa (RAVAIOLI, 2011, p. 02). Observa-se, como na PND brasileira, a contextualização do sistema internacional da época, ressaltando-se as incertezas e os novos problemas decorrentes deste cenário. Como forma de enfrentar tal situação, o documento propõe a intensificação do diálogo interamericano, a resolução de conflitos de forma pacífica, bem como a transparência quanto

ao desenvolvimento de tecnologias, especialmente no campo nuclear. Paralelamente, realizou uma crítica à região e à debilidade das iniciativas regionais, especialmente para a delimitação de ameaças compartilhadas, propondo uma intensificação das medidas de confiança no cone sul, pautadas no consenso (ARGENTINA, 1998, p. 24-27). Ademais, o Livro volta-se para a necessidade de uma autonomia logística nacional, que proporcionaria uma maior dissuasão e capacidade de defesa territorial e de emprego das Forças tanto em terra como no mar (ARGENTINA, 1998, p. 135).

Em 1999 foi publicado, na Colômbia, o “Plano Colômbia: Plano para a Paz, a Prosperidade e o Fortalecimento do Estado”, determinando a configuração da conjuntura internacional, marcada por forças narcotraficantes desestabilizadoras; e da nacional, com a presença de “três protagonistas”: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e os grupos de autodefesa (COLÔMBIA, 1999, p. 134-5). O Plano centrou-se em demonstrar a necessidade do Estado de recuperar suas responsabilidades e reconstruir a sociedade colombiana. *“El gobierno ha establecido la lucha contra la producción y tráfico de drogas como una de sus mayores prioridades. El narcotráfico constituye una amenaza para la seguridad interna no sólo de Colombia sino de otras naciones consumidoras y productoras”* (COLÔMBIA, 1999, p. 144). Para tanto, o governo, associado com outros países, deveria se voltar a negociações com a guerrilha; ao desenvolvimento econômico, com alternativas de produção para reduzir o cultivo de ilícitos; à melhoria das condições sociais de sua população, instaurando estratégias para uma reafirmação dos direitos humanos, participação social e aperfeiçoamento público nos campos da saúde e educação; e à reestruturação das Forças Públicas (COLÔMBIA, 1999, p. 129-133).

Sob o governo de Álvaro Uribe, criou-se a Política de Defesa e Segurança Democrática, em 2003, que transpôs a segurança colombiana para além das mãos da

Força Pública e do Ministério da Defesa, incluindo toda a sociedade. Com o auxílio de membros do Ministério de Defesa, do Comando Geral das Forças Militares, da Escola Superior de Guerra e da Polícia Nacional foi desenvolvida uma estratégia política de longo prazo (RAMÍREZ, 2003, p. 08). Tal Política centra-se na proteção dos direitos dos cidadãos, fortalecendo a “autoridade democrática” estatal (COLÔMBIA, 2003, p. 12). A Segurança Democrática está fundada na proteção das instituições e valores democráticos e na solidariedade e cooperação dos cidadãos. Desta forma, *“la seguridad no es principalmente coerción: es la presencia permanente y efectiva de la autoridad democrática en el territorio, producto de un esfuerzo colectivo de toda la sociedad”* (COLÔMBIA, 2003, p. 14). O documento ainda afirma que o terrorismo é a maior ameaça à segurança do país e sua democracia nacional e internacional. A execução de sequestros, assassinatos, utilização de explosivos contra a população e destruição da infraestrutura nacional são considerados atos terroristas e que devem ser tratados por meios de esforços multilaterais, como com o cumprimento da Convenção Interamericana contra o Terrorismo e o Compromisso de Lima, ambos de 2002. Nota-se uma interligação entre o narcotráfico e o terrorismo, como reconhecido pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), exigindo-se uma coordenação conjunta no âmbito internacional. Nesse cenário, são perseguidos cinco objetivos estratégicos para cumprir a Política proposta e lutar contra as ameaças que atingem a segurança do país, sendo: 1) controle estatal efetivo do território; 2) proteção da população; 3) eliminação do tráfico de drogas ilícitas no país; 4) capacidade dissuasiva das fronteiras terrestres, marítimas e fluviais do país; e 5) transparência e eficiência no emprego dos recursos estatais. Para tanto, o cumprimento dos objetivos e o sucesso da Política estarão centrados no emprego da Força Pública voltada à consolidação do controle estatal sob o território nacional, combate ao narcotráfico e às guerrilhas; ao mesmo tempo em

que manterá sua capacidade dissuasiva no âmbito da defesa nacional (COLÔMBIA, 2003).

A Política foi marcada por vitórias significativas logo após sua implantação, destacando-se a recuperação de territórios antes controlados pelas FARC e a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Contudo, outros resultados são questionáveis, já que houve uma expansão na área de plantio de coca, mesmo com as fumigações e erradicações, com também a elevação do número de deslocados internos, constituindo uma crise humanitária no país (VILLA; VIANA, 2010, p. 64-70). Devemos ressaltar a caracterização da segurança em tal Política, que passou a ser entendida como “um objetivo em si mesmo”, em que todos os recursos do Estado e da esfera pública estão centrados nela. Nesse sentido, ao chamar a população para participar ativamente da segurança do Estado, Álvaro Uribe reforça os valores nacionais identitários e de defesa coletiva, separando o “nós” dos “outros”, que seriam os guerrilheiros (PINZÓN, 2014, p. 203-5).

O processo de formulação da nova PND brasileira iniciou em 2003, porém sua publicação ocorreu em 2005, e envolveu “representantes do governo, parlamentares, militares, acadêmicos, diplomatas e jornalistas”, concomitante a uma parceria do Ministério da Defesa com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o aprimoramento do pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, por meio de ciclos de debates (OKADO, 2012, p. 86-87). Em comparação com a PND de 1996, poucas modificações ocorreram, porém sinalizaram a tentativa de maior especificação em relação à defesa do país, enfatizando a necessidade de “reestruturação da Defesa e superação das debilidades” (FUCILLE; BARRETO; THOMAZELLA, 2015, p. 12), bem como a construção de um pensamento de defesa na sociedade, o que auxiliaria no desenvolvimento de uma maior interligação entre a defesa e a diplomacia,

obtendo uma definição mais precisa das políticas no âmbito externo (CASTRO, 2015, p. 05-06).

Outros pontos da PDN de 2005 que merecem destaque são: a) a valorização da lógica da confiança mútua e dos fóruns multilaterais; b) a reorientação estratégica, transferindo as preocupações de defesa do sul para o norte do país; c) a perspectiva de conscientizar a sociedade sobre o tema; d) a necessidade de intensificar o intercâmbio das Forças entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias (OKADO, 2012, p. 86-7).

No entorno regional, nota-se a busca pela estabilidade da América do Sul, instaurado consensos e ações conjuntas para a redução de conflitos e melhoria quanto ao desenvolvimento econômico e social, sendo as iniciativas destacadas: a Comunidade Sul-Americana de Nações, a Comunidade Andina de Nações, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 2005, p. 03-04). A PND se revelou como a base para a construção da futura UNASUL e de seu Conselho de Defesa Sul-Americano, apesar de ser “pouco efetiva no sentido de gerar ações concretas”, visto a presença de proposições vagas, ausentando-se de indicações procedimentais (OKADO, 2012, p. 90-1). Nota-se uma proximidade entre o Livro Branco argentino e a nova PND brasileira, em que são valorizadas iniciativas regionais como ferramentas importantes para a segurança nacional. Contudo, a proposta do Brasil ainda é muito mais abrangente, objetivando uma tentativa de cooperação que abarque todos os países da América do Sul.

Em 2007, na Colômbia, foi divulgada a “Política de Consolidação da Segurança Democrática” (PCSD), elaborado pelo Ministério da Defesa, com participação dos comandantes das Forças Militares e oficiais da política nacional, estabelecendo os objetivos que as instituições de defesa devem se centrar, frente ao novo cenário estratégico (COLÔMBIA, 2007b, p. 05). A Política “*representa un paso adelante en el pro-*

pósito nacional de recuperar a Colombia de la nefasta influencia de los violentos y corruptos, y llevarla por caminos de progreso y justicia social" (SANTOS, 2007, p. 13). Assim, devido à Política de Segurança Democrática, houve uma mudança no comportamento dos grupos criminais para garantirem a sua sobrevivência, apesar de ainda configurarem-se como uma ameaça ao Estado colombiano, sendo a principal fonte derivada das FARC e do ELN. Nesse cenário, são delimitados cinco objetivos estratégicos: 1) controle territorial e fortalecimento do Estado de Direito; 2) proteção da população, com a execução de operações ofensiva pela Força Nacional, empregando ainda inteligência militar e policial; 3) elevar os cursos do desenvolvimento da atividade do narcotráfico; 4) "*mantener una Fuerza Pública legítima, moderna y eficaz, que cuente con la confianza y el apoyo de la población*" (COLÔMBIA, 2007b, p. 41); e 5) manter em decréscimo os indicadores de criminalidade nos centros urbanos. (COLÔMBIA, 2007b).

Visando a manutenção da execução e articulação do "Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2010 - Estado Comunitário: desenvolvimento para todos"³ e da PCSD criou-se o Guia de Planejamento Estratégico 2007-2010, sendo um insumo para a elaboração de planos estratégicos e ações por parte do Ministério da Defesa, das Forças Militares e da polícia. Com isso, houve um planejamento dos investimentos de recursos, orientando-os aos campos de fortalecimento das capacidades terrestres, aéreas, navais e fluviais; do sistema de comando e controle; da inteligência; além da capacitação do desenvolvimento humano e melhoramento da infraestrutura física e dos recursos militares, como munições e explosivo (COLÔMBIA 2007c, p. 27).

3 Em 2006, almejando-se construir um maior bem-estar para a população colombiana, foi instaurado o Plano Nacional de Desenvolvimento. Tal está centrado na participação dos cidadãos, fundamentando-se na segurança democrática, no "respeito às liberdades públicas" e a "independência das instituições" estatais; na "construção da coesão social"; e na transparência (COLÔMBIA, 2007a, p. 19).

Em 2007, Nelson Jobim ascendeu ao cargo de Ministro da Defesa do Brasil participando das discussões de criação de uma Estratégia Nacional de Defesa. Ainda naquele ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um Comitê Ministerial voltado ao desenvolvimento da Estratégia, estando composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, bem como pelos "Ministros do Planejamento, do Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Ciência, Tecnologia e Inovação, assistidos pelos Comandantes das três Forças"⁴ (LIMA, 2015, p. 74-5).⁴ Segundo Saint-Pierre (2010, p. 07), o desenvolvimento da END pode ser explicado a partir de algumas perspectivas. Observou-se a necessidade de criação de um documento nacional que suprisse a inexistência de um Livro Branco brasileiro, algo que era destoante da realidade dos outros países sul-americanos, ao mesmo tempo em que o país desejava manter coerência com sua proposta regional de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, pautado em uma maior transparência entre os países no âmbito da defesa. Ademais, houve a necessidade de aclarar os objetivos de Nelson Jobim durante suas viagens voltadas ao reequipamento das forças brasileiras, bem como avançar no controle civil em temas de defesa e segurança nacional. A END foi publicada em 2008 contando com três eixos estruturantes: organização e orientação das Forças Armadas, reorganização da indústria de defesa e composição dos efetivos militares (associado ao futuro do Serviço Militar Obrigatório) (BRASIL, 2008, p. 10). A Estratégia, em comparação com as duas PNDs anteriores, preencheu lacunas que antes existiam, como quanto às Forças Armadas e à ciência e tecnologia (SAINT-PIERRE, 2010, p. 08-12). O documento aprofundou a ideia de fortalecimento da autonomia nacional priorizando o desenvolvimento, em que "[...] defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não.

4 Diferentemente do que era esperado, o Ministério das Relações Exteriores não participou ativamente das discussões, apesar de ter sido consultado, como também foram alguns partidos políticos e representações das indústrias nacionais. Ao mesmo tempo, a sociedade civil não foi inserida nas discussões, apesar da proposta de engajamento da mesma (OKADO, 2012, p. 86).

Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento” (BRASIL, 2008, p. 08), voltando-se para a capacitação da indústria nacional de defesa, por meio de parcerias estratégicas. Contudo, nota-se uma Estratégia centrada majoritariamente em questões de segurança, incluindo elementos como educação, tecnologia e desenvolvimento, favorecendo a temática social em relação a possíveis ameaças tradicionais (SAINT-PIERRE, 2010). Nesse sentido, a cooperação na região sul-americana deveria abarcar tanto questões de defesa como demandas no âmbito social. Paralelamente, voltou-se a empregar o termo “segurança nacional”, promovendo o emprego estratégico das Forças Armadas em intervenções de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) (OKADO, 2012, p. 88-107).

Nota-se assim, a partir da criação da Estratégia, a centralização da região sul-americana para o desenvolvimento nacional, visto que o “destino regional e brasileiro” está interligado, já que a instabilidade regional afetaria diretamente o desenvolvimento do país, situação destacada desde 2005, com a PND (MILANI, 2016, p. 78-82). Para tanto, o Brasil foi o grande promotor do Conselho de Defesa Sul-Americano, estabelecendo, antes mesmo de sua criação, a necessidade de uma cooperação militar na América do Sul, integrando as bases industriais de defesa regional, prevenindo conflitos e inserindo o debate entre civis e militares no campo a defesa (BRASIL, 2008). Durante o lançamento da Estratégia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância da criação do CDS, visto condizer com as propostas estratégicas da END.

Fiquei especialmente feliz porque em São Paulo pudemos aprovar a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, um dos mais importantes espaços para a integração pacífica e soberana dos países da América do Sul, coroando um processo que envolveu mais de um ano de debates entre os países da Unasul. Fiz questão de citar este Conselho porque entre seus objetivos estão temas coincidentes com a Estratégia Nacional de Defesa que hoje estamos

lançando. Destaco o fomento, a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de material de defesa. Além disso, o Conselho Sul-Americano e a Estratégia Nacional dão mais força a um objetivo que vimos perseguindo desde o ano passado: inserir os temas da defesa no debate nacional, reunir civis e militares num debate aberto, sobre todos os temas que envolvem a defesa nacional. É importante lembrar que quando nós propusemos, no ano passado, a criação do Conselho de Defesa da América do Sul, numa primeira reunião, em que nós fizemos a apresentação, com justificativa aceitável, alguns países entenderam que não poderiam aceitar e precisariam discutir. Qual não foi minha surpresa quando, no dia seguinte, eu leio a manchete dos jornais que “fracassou o Conselho de Defesa Sul-Americano”. No mesmo dia em que saía essa matéria no jornal, mostrando o fracasso, me telefonava o Presidente do Peru dizendo que tinha chegado ao Peru e discutido com os seus pares e que ia participar do Conselho de Defesa, e que ia conversar com o Presidente Uribe, da Colômbia, para também aceitar a aprovação do Ministério (Conselho) da Defesa. Passados alguns meses, Jobim, eu e o Celso Amorim fomos a uma reunião de trabalho na Colômbia e, em meia hora de conversa com o Presidente Uribe e com o seu Ministro da Defesa, os dois também se colocaram de acordo, que queriam participar do Conselho de Defesa. E isso virou unanimidade entre todos os países da América do Sul. E hoje eu posso dizer para vocês que todos os presidentes vêem o Conselho da Defesa como uma necessidade de garantir a soberania da nossa América do Sul (SILVA, 2008a, p. 02-03).

Observa-se que houve uma disposição por parte do Brasil de inserir suas empresas no mercado sul-americano, financiando e articulando as bases da indústria de defesa e de infraestrutura regional, apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por corporações nacionais e por seus planos nacionais, como o PAC 2 e o Brasil Maior (FUCCILLE et al., 2017, p. 54-57). A END proporcionou a “operacionalização das políticas nacionais e regionais do Brasil na área de defesa” (FUCCILLE; MARIANO; RAMANZINI JR., 2015, p. 10), consagrada com a UNASUL e seu Conselho de Defesa, ao mesmo tempo

em que manteve a priorização de sua soberania e autonomia nacional.

O Tratado Constitutivo não é um fim em si mesmo, é o fundamento normativo para que nossa União possa alcançar seus objetivos. Queremos avançar rapidamente com projetos inovadores e de grande alcance em áreas prioritárias, como integração financeira e energética, melhoria da infra-estrutura regional e das conexões rodoviárias e ferroviárias, estabelecimento de uma vigorosa agenda de cooperação em políticas sociais, e fortalecimento da cooperação educacional. [...] Vamos desenvolver parcerias em setores estratégicos, como indústria aeronáutica, construção naval, medicamentos e equipamentos militares. São mecanismos abrangentes e estruturais para superar as assimetrias entre nossos países (SILVA, 2008b, p. 01-03).

Em 2007, a Argentina iniciou um processo de reestruturação do Instrumento Militar, estabelecendo o Ciclo de Planejamento da Defesa Nacional, voltado à construção do Sistema de Defesa Nacional. A proposta está vinculada à reafirmação da condução civil sobre o campo da defesa e segurança nacional. Tal situação foi efetivada com a inauguração da primeira Diretiva de Política de Defesa Nacional (DPDN), em 2009, durante o mandato de Nilda Garré como Ministra da Defesa.

La Directiva de Política de Defensa Nacional (DPDN) será un documento de carácter sectorial que explicitará los lineamientos centrales de la política de defensa nacional y de la política militar, determinando los criterios y parámetros que orientarán la organización, el funcionamiento, la planificación, el empleo y la administración de los recursos humanos y materiales de las Fuerzas Armadas de manera sistemática y coherente en el marco de la política del Estado Nacional. (ARGENTINA, 2007, p. 02).

A Diretiva está estruturada a partir de três capítulos: 1) diagnóstico, no âmbito da defesa e segurança, do cenário internacional e regional, identificando tendências, riscos e ameaças; 2) formulação da estratégia nacional em defesa, articulando a política de defesa nacional;

e 3) “diretrizes para a instrumentalização da política de defesa” e de sua política militar, enfocando em instruções para o Ministério de Defesa, o Estado Maior Conjunto e as Forças Armadas (ARGENTINA, 2007, p. 02-03; GASTALDI, 2017, p. 183-6). Em 2009, ressaltou-se o contexto de propagação do conceito de “segurança multidimensional” e as disparidades militares entre os Estados, especialmente no caso dos Estados Unidos, concomitante ao caso sul-americano de baixos conflitos e fomento de medidas de confiança mútuas. O documento realizou uma diferenciação entre a sub-região andina, marcada pelo desafio no campo da segurança, como o narcotráfico, questões territoriais pendentes e a existência de grupos paramilitares armados, resultando em crescente desconfiança entre os países; e o cone sul, caracterizado por uma estabilidade nas dinâmicas de defesa e segurança, com práticas cooperativas. Nesse sentido, a Argentina lançou sua defesa com uma dupla dimensão, dividida entre autônoma e cooperativa, com forças treinadas para o emprego defensivo e disposição ativa para o desenvolvimento do CDS-UNASUL (ARGENTINA, 2009, p. 02-05).

Logo em seguida, no ano do bicentenário da Revolução de Maio, em 2010, foi publicado o Livro Branco de Defesa argentino, que apresenta com maior profundidade as questões trabalhadas no livro anterior e em sua DPDN, atualizando-as. A produção do livro ocorreu através de uma “comunidade de defesa” constituída por especialistas acadêmicos, tanto nacionais como internacionais, políticos, organizações de Direitos Humanos e não-governamentais, além de membros do Ministério da Defesa e das Forças Armadas (RAVAIOLI, 2011, p. 01), evidenciando um processo cooperativo entre civis e militares.⁵ Seu Sistema de Defesa Nacional orienta-se para a defesa frente às agressões externas, abstendo-se de questões de segurança doméstica. Sua política cooperativa regional destaca alguns temas estratégicos

5 A confecção dos Livros Brancos argentinos está pautada nas Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa da OEA, de 2002.

como compartilhamento de experiências e transferência de tecnologia e conhecimento. Para o país, a parceria com a América do Sul é estratégica, interligando suas questões de defesa e segurança com a região por meio de diálogo e cooperação. Contudo, sua política cooperativa não exclui a prática autônoma de capacidades defensivas, a qual é complementada por meio da cooperação estatal e multilateral (como já ressaltado na Diretiva de 2009) (ARGENTINA, 2010).

Apesar de diferenças sub-regionais (como descritas na DPDN), a UNASUL é considerada um exemplo expressivo de mediação para a resolução de problemas. Dedicando uma seção ao CDS, o livro ainda ressaltou o papel do Centro de Estudos Estratégicos, visto que sua criação e elaboração de seu estatuto estavam sob a liderança argentina.⁶ Nota-se o entusiasmo do país no desenho de tal Centro, fomentado pela Ministra Nilda Garré em apoio ao desenvolvimento do CDS por parte do Brasil, especialmente pelo fato da proposta se alinhar à estratégia argentina de estudos para o desenvolvimento de um pensamento e possível identidade estratégica em matéria de defesa regional.⁷ Com a oficialização do CEED-CDS, sua sede foi instaurada em Buenos Aires e seu primeiro diretor foi o argentino Alfredo Forti. Uma grande vitória do país foi a diferenciação entre os conceitos de defesa e segurança, os quais condizem com os marcos normativos nacionais, resultando na classificação de crime organizado transnacional como ameaça à segurança pública. Consequentemente, houve, em 2012, a criação do “Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações conta a Delinquência Organizada Transnacional” para tratar dessas questões de segurança interna. Nota-se a constituição do CDS como uma “plataforma

de projeção da doutrina de defesa” argentina, liderando o pensamento no campo da defesa regional e fomentando a subordinação castrense aos civis (GASTALDI, 2017, p. 187-192; PEREIRA, 2016).

Através do trabalho conjunto entre o Ministério da Defesa e as Forças Públicas foi publicado o “Guia de Planejamento Estratégico 2011-2014” do Estado colombiano. O documento apresenta as bases para um novo planejamento estratégico no campo da segurança e defesa em longo prazo, para além dos quatro anos de governos de Juan Manuel Santos. Desta forma, o guia possibilitaria “*tener la capacidad de pensar a largo plazo, de proyectar la estructura de fuerza hacia 20 o 30 años y tomar decisiones hoy que puedan tener transcendencia y sostenibilidad hacia el futuro es un reto que tenemos*” (GIHA, 2011, p. 07). O Guia é um instrumento metodológico que dá fortalecimento às metas da Política Integral de Seguridade e Defesa para a Prosperidade, publicada no mesmo período. Para tanto, houve um processo de revisão de ameaças ao Estado, compreendendo as transformações do cenário nacional, agora marcado por uma “guerra de desgaste”, bem como a necessidade de modernização institucional, doutrinária e operacional para uma atuação mais adequada das Forças Públicas. Nota-se, segundo a política, uma intensificação das atividades de “guerra de guerrilha” das FARC, associada aos narcotraficantes e à utilização da “*población civil como camuflaje de su accionar terrorista*”; enquanto o ELN se baseia no narcotráfico e terrorismo para garantir a sua sobrevivência. Paralelamente, surgiram as bandas criminais buscando o controle do narcotráfico. Ainda assim, o documento menciona uma melhoria na situação de segurança do país (COLÔMBIA, 2011a, p. 14-6).

Também em 2011, o Estado colombiano desenvolveu a “Política Integral de Seguridade e Defesa para a Prosperidade” (PISDP), sendo uma continuação das Políticas de Segurança Democrática e de Consolidação da Segu-

6 Em maior de 2008, foi criado o Centro de Estudos Estratégicos para a Defesa “Manuel Belgrano” (CeePADE), voltado ao desenvolvimento de “*estudios e investigaciones en materia de defensa y seguridad internacionales con la finalidad de producir conocimiento específico que contribuya a la toma de decisiones y al planeamiento estratégico de la defensa*” (ARGENTINA, 2010, p. 247).

7 Situação esse que foi inicialmente um empecilho para a participação argentina, visto as grandes diferenças de conceitualizações e empregos das Forças Armadas na região.

rança Democrática, ao mesmo tempo em que efetuou mudanças com “*metas más ambiciosas*”, incorporando outros objetivos estratégicos e instrumentos para sua execução (COLÔMBIA, 2011b, p. 05). Baseando-se nas prerrogativas do Guia de Planejamento Estratégico anterior, a política centra-se no papel do Estado para consolidar a segurança em território nacional com maior “*intensidad, velocidad y presupuesto*” (COLÔMBIA, 2011b, p. 25). Para tanto, o Ministério de Defesa elaborou um conjunto de estratégias capazes de balancear a segurança interna e a dissuasão externa, empregando uma diplomacia para a segurança, capaz de manter os avanços anteriores, maximizar os resultados para a luta contra o narcotráfico e diminuir a possibilidade de uma crise regional em segurança. Ademais, a política engloba a vertente de segurança e convivência cidadã, utilizando-se da Polícia como meio de manutenção de tais, com o emprego de tecnologia e sistemas de investigação e inteligência (COLÔMBIA, 2011b, p. 25-26).

No mesmo ano, foi publicada a “Política Nacional de Defesa da Liberdade Pessoal 2011-2014”, baseada em dados de agências governamentais e não governamentais, bem como das subsecretarias do Ministério da Defesa. Seu propósito cerceia alcançar uma “segurança ótima” capaz de garantir a “prosperidade democrática e o progresso nacional”. Mantendo sua vinculação com a PISDP, suas propostas estratégicas estão baseadas no confronto de grupos terroristas, Bandas Criminais (BACRIM), e delinquentes comuns e transnacionais, bem como de suas atividades realizadas em conjunto (COLÔMBIA, 2011c).

A nova Política Nacional de Defesa brasileira, de 2012, marca-se pela continuidade, sem grandes modificações em comparação com a antiga. Os objetivos Nacionais de Defesa ainda cerceiam o campo da manutenção da estabilidade regional e da paz e da segurança, desenvolvimento da indústria de defesa nacional e a projeção internacional do Brasil. O documento continuou

priorizando a América do Sul em suas discussões, ressaltando a necessidade de fortalecimento da integração regional frente a possíveis conflitos no entorno estratégico brasileiro, inserindo ainda o desenvolvimento regional na agenda de segurança. Ademais, há o fomento da perspectiva de cooperação dissuasória com os membros do CDS (BRASIL, 2012a, p. 21-30).

Ainda em 2012, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil também foi atualizada, mantendo sua centralidade no campo do projeto de desenvolvimento nacional para uma maior independência em infraestrutura, tecnologia e educação. Os objetivos continuam centrados na manutenção da soberania e do território, estruturação das Forças Armadas e desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2012b, p. 41-44). No caso da região sul-americana, manteve-se o discurso de que a integração fomenta bases para uma cooperação militar, prevenção de ameaças e desenvolvimento industrial em defesa na região, ressaltando-se o papel do CDS nesses aspectos (BRASIL, 2012b, p. 138).

De maneira inédita no Brasil, o Livro Branco de Defesa Nacional, também de 2012, inaugurou uma nova etapa de transparência nacional entre os cidadãos e em relação aos países membros da região. Segundo o documento, o Brasil busca a manutenção de sua soberania, bem como o fortalecimento de medidas de confiança entre os Estados, contribuindo para a prevenção de ameaças. Ressaltando, ademais, o contexto internacional de multipolaridade e de novos temas que influem na defesa e segurança nacional, como o tráfico, a biopirataria, ameaças cibernéticas, grupos terroristas e escassez de recursos naturais (BRASIL, 2012c, p. 22-28). A integração sul-americana ainda compõe parte da estratégia brasileira, cerceando o campo do desenvolvimento e da paz regional, sendo o país mediador para a manutenção da estabilidade na região, essencial para a segurança brasileira. Assim, como já discutido nas PND e END, “pela dissuasão e pela cooperação, o

Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do Desenvolvimento” (BRASIL, 2012c, p. 51). De acordo com o documento, nota-se a construção de uma comunidade de segurança na América do Sul facilitada pelo reforço das ações cooperativas no âmbito da UNASUL e do CDS, com o intercâmbio de informações e experiências, e o desenvolvimento histórico semelhante (BRASIL, 2012c, p. 29). Nesse sentido, segundo o ex-Ministro de Defesa brasileiro,

Falo de identidade porque as nossas riquezas e os nossos desafios devem ser vistos por uma ótica sul-americana. Não podemos permitir que políticas alheias à nossa realidade prevaleçam. Ao identificarmos interesses comuns, mediante um processo que respeite a pluralidade e a diversidade de nossos países, seremos capazes de criar políticas sul-americanas baseadas em uma cooperação autêntica. [...] O objetivo é criar uma doutrina sul-americana de defesa, que trate do conflito e da cooperação de forma inovadora, que não se baseie em teorias que nasceram alheias à nossa realidade (AMORIM, C., 2013, p. 02).

Desta forma, os três documentos de defesa brasileiros proporcionam uma transparência e fortalecimento do poder político nesse campo, reafirmando o papel da região sul-americana para a construção da paz e superação de conflitos, promovendo medidas de confiança mútua e processos cooperativos institucionalizados. A cooperação regional torna-se base para a manutenção da estabilidade e a promoção do Brasil no meio internacional, respeitando a soberania e autonomia nacional (AMORIM, A., 2017, p. 54-60).

No ano de 2014, a presidente argentina Cristina Kirchner promulgou a nova Diretiva de Política de Defesa Nacional, a qual, seguindo a mesma linha da Diretiva anterior, considerou o contexto sul-americano como de relativo progresso para a eliminação da possibilidade de conflitos e construção de uma zona de paz. Para tanto,

o país ainda ressalta seu posicionamento defensivo marcado por uma visão autônoma e cooperativa (GASTALDI, 2017, p. 183-186). A DPDN desenvolveu a ideia de cooperação baseada em círculos concêntricos, sendo os espaços geoestratégicos de interesse do país: a) América do Sul e Atlântico Sul; b) América Latina e Caribe; e c) “*marco global, con aquellos países de relevancia estratégica*”, como no campo de cooperação sul-sul com os membros do BRICS e G20 (ARGENTINA, 2014, p. 14). Com isso, deverá ocorrer o aumento da “*presencia institucional de elementos del Sistema de Defensa Nacional en las regiones y países de interés prioritario, particularmente en la forma de agregadurias de Defensa, misiones y acuerdos de cooperación, e intercambios de formación y adiestramiento militar*” (ARGENTINA, 2014, p. 14).

Já o Livro Blanco de Defesa argentino de 2015 se difere muito pouco do Livro de 2010, dando um enfoque maior ao âmbito econômico e industrial do país, e mantendo a consulta e elaboração por meio de debates entre lideranças civis e militares. O país almeja a construção de um sistema regional que aprofunde as medidas de confiança estabelecidas e os vínculos cooperativos da região, como em capacidades, tangendo operações de paz, atividades logísticas e controle limítrofe, garantindo a região como zona de paz (ARGENTINA, 2015, p. 36-37). Ademais, a América do Sul e o Atlântico Sul são regiões prioritárias (como descrito na diretiva de 2014). Com uma subseção de destaque ao CDS, o livro relata que tal órgão é o mais ativo no interior da UNASUL, sendo um marco para a conquista dos objetivos de defesa do país (ARGENTINA, 2015, p. 221). A Argentina tem trabalhado para avançar: no diálogo e na confiança regional; na indústria de defesa, com o desenho do UNASUL I; e no campo da formação, com a ESUDE e cursos, como a Conferência sobre Defesa e Recursos Naturais, Seminário Regional de Ciberdefesa da UNASUL, e Curso Sul-Americano de Formação em

Defesa (ARGENTINA, 2015, p. 2224-57). Observa-se, assim, a continuidade dos governos kirchneristas para a manutenção de um posicionamento defensivo, pautado em uma vertente cooperativa e autônoma, incorporada em todos os documentos de defesa do país criados após 2009. Ademais, desde 2007, houve um reposicionamento das prioridades estratégicas nacional do cone sul para a América do Sul, destacando o papel do CDS, apesar de ainda sublinhar as diferenças sub-regionais (VITELLI, 2016b, p. 282-285).

Em 2013, o Ministério de Defesa colombiano publicou a Diretiva Permanente 004 pautada no gerenciamento de estatísticas no âmbito da defesa e segurança, construindo uma metodologia capaz de unificar as linguagens das Forças Públicas. Como consequência, em 2014, o Ministério, em conjunto com o comando das Forças Militares, o Exército, a Marinha, a Força Aérea e a Polícia, desenvolveu o primeiro Livro Branco do país, centrado nas estatísticas do setor de defesa e segurança. O documento busca compreender, de forma transparente, a contabilização dos indicadores de segurança e defesa, contando com: um glossário de variáveis relacionadas aos delitos e resultados das operações; a descrição dos processos para geração, consolidação e revisão das cifras e informações; e uma apresentação desagregada das variáveis (COLÔMBIA, 2014b, p. 06-07). Devemos ressaltar, contudo, a diferença de tal livro branco com os divulgados por outros países sul-americanos, como Argentina e Brasil, estando ainda muito aquém dos procedimentos e conteúdos substanciais existentes nos “tradicional livros brancos”. Apesar de ser uma forma de medida de confiança mútua, o Livro ainda necessita de desenvolvimento e interligação com as políticas de defesa e segurança do país.

Já em 2015, o Estado da Colômbia divulgou a Política de Defesa e Segurança “Todos por um novo país”, alegando a necessidade de aperfeiçoamento de suas

políticas frente ao novo cenário nacional de paz e pós-conflito, integrando, pela primeira vez, as dinâmicas internacional, regional e nacional. O cenário global está marcado por instabilidade e vulnerabilidade, como terrorismo, delinquência transnacional e regime políticos ilegítimos, bem como por tensões nacionais que acabam transbordando e gerando crises globais e regionais. No nível regional, a Colômbia está buscando constituir uma posição de liderança, por meio de relações bilaterais, triangulares e multilaterais voltadas à América Latina e organizações como a OEA, destinadas à cooperação frente a ameaças compartilhadas e intercâmbio de conhecimento. Ademais, o cenário regional, apesar de avançar em processos cooperativos e em melhoria das condições econômicas, ainda apresenta disputas territoriais, desequilíbrio militar, delinquência transnacional e uma deterioração da segurança da população. No campo nacional, há uma convergência entre defesa nacional e segurança cidadã e pública, sendo a luta contra o crime organizado prioritária (COLÔMBIA, 2015b, p. 05-08).

A Política tem como objetivo central contribuir para o fim do “*conflicto armado, la consolidación de la paz, el desarrollo socioeconómico, la defensa de los intereses nacionales y el mejoramiento de la seguridad pública y ciudadana, mediante el mantenimiento de una Fuerza Pública moderna, fortalecida, motivada y operativa*” (COLÔMBIA, 2015b, p. 15). Seus objetivos estratégicos perpassam: 1) contribuir para a finalização do conflito e a construção da paz, por meio das capacidades da Forças Públicas; 2) garantir melhores índices de segurança cidadã, fortalecendo os laços entre os cidadãos e a polícia; 3) modernizar a sociedade rural vinculando seu desenvolvimento com o campo da defesa; 4) combater o crime organizado que ameaça a segurança e o funcionamento do Estado, empregando todas as capacidades das Forças nacionais; 5) garantir a soberania e integridade territorial, com a proteção dos interesses nacionais; 6) transformar e modernizar

o setor de defesa e suas Forças Públicas; 7) Fortalecer a projeção internacional em defesa através de uma maior cooperação com países aliados e estratégicos, e organizações internacionais, como ONU, OEA e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e, para tanto, se buscará inserir a Colômbia como líder em questões de defesa e segurança, promovendo intercâmbios de experiências e capacidades, participação em missões internacionais; aprofundar o diálogo com países vizinhos e estratégicos, trabalhando de forma coordenada frente a ameaças comuns; além de fortalecer a cooperação regional com a América Central e o Caribe; 8) empregar as Forças Públicas para atenuar as mudanças climáticas, proteger os ecossistemas e atuar em desastres naturais; e 9) incluir no setor da defesa o desenvolvimento nacional, comercial, industrial e agrícola (COLÔMBIA, 2015b).

Em 2016, os membros do Ministério da Defesa, os comandantes das Forças Militares e o diretor da Polícia Nacional colombianos elaboraram, de forma conjunta, o “Plano Estratégico do Setor Defesa e Segurança - Guia de Planejamento Estratégico 2016 – 2018”, estando baseado nos documentos anteriormente publicados durante o governo de Juan Manuel Santos. O Plano está voltado à modernização, fortalecimento e uma maior transparência das Forças Públicas, para que se possa responder, com apoio dos cidadãos, aos riscos presentes e futuros do país, como de segurança pública, ataques cibernéticos, exploração ilegal de recursos naturais e tráfico (MARTÍNEZ, 2016, p. 09-10).

5. Conclusões

Devemos notar que, no caso dos três países analisados e como pontuado no estudo de realizado por Soares (2008, p. 174-180), os “documentos refletem um caráter mais retórico, pela ausência de uma defi-

nição unívoca sobre as bases das políticas de defesa e as possibilidades de cooperação”. Observamos no caso da Argentina e do Brasil uma situação particular de estratégias cooperativas. O primeiro país volta-se inicialmente ao cone sul e, posteriormente, à criação da UNASUL e do CDS, ocorrendo um deslocamento de suas políticas de defesa para a região sul-americana. Nota-se uma valorização por parte da Argentina dos processos cooperativos, com inclusões específicas sobre sua atuação e o desenvolvimento da instituição. No âmbito brasileiro, a cooperação possui um valor estratégico, fomentando a perspectiva de ator global capaz de desenvolver uma cooperação sul-sul. A priorização da UNASUL e do CDS são claras na época de suas criações, em 2008, porém, posteriormente, há um momento de névoa sobre as iniciativas, que passam a concorrer com iniciativas sul-sul e questões nacionais, especialmente quanto ao desenvolvimento nacional atrelado à segurança do país. Distintamente desses dois países, a Colômbia possui uma normatividade em defesa e segurança focada em seu nível nacional, com menções apenas da presença internacional. Após 2015, os documentos passam a incluir o nível regional em suas políticas e planejamentos. Bogotá mantém sua compreensão de que a cooperação é um instrumento capaz de fortalecer seu processo de paz e de impedir que ameaças e riscos se ampliem regionalmente e/ou voltem a assombrar o país. Em nenhum momento há uma simples menção à UNASUL ou ao Conselho de Defesa, deixando clara sua apatia e relutância quanto à criação e desenvolvimento das iniciativas. De forma complementar a essa análise, notamos as expressivas distinções nas definições conceituais de Defesa e de Segurança dos países, como observado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Defesa *versus* Segurança

	Defesa	Segurança
Argentina	<p>“La Defensa Nacional es la integración y la acción coordinada de todas las fuerzas de la Nación para la solución de aquellos conflictos que requieran el empleo de las Fuerzas Armadas, en forma disuasiva o efectiva, para enfrentar las agresiones de origen externo. Tiene por finalidad garantizar de modo permanente la soberanía e independencia de la Nación Argentina, su integridad territorial y capacidad de autodeterminación; proteger la vida y la libertad de sus habitantes.” (ARGENTINA, 1988)</p>	<p>“Seguridad interior [es] la situación de hecho basada en el derecho en la cual se encuentran resguardadas la libertad, la vida y el patrimonio de los habitantes, sus derechos y garantías y la plena vigencia de las instituciones del sistema representativo, republicano y federal que establece la Constitución Nacional.” (ARGENTINA, 1992)</p>
Brasil	<p>“Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.” (BRASIL, 2012a, p.15).</p>	<p>“A segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais.” (BRASIL, 2012a, p.13).</p>
Colômbia	<p>“La nación tendrá para su defensa unas fuerzas militares permanentes constituidas por el Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea. Las fuerzas militares tendrán como finalidad primordial la defensa de la soberanía, la independencia, la integridad del territorio nacional y del orden constitucional” (COLÓMBIA, 2015a, p.60).</p> <p>“En el escenario nacional convergen los temas inherentes a la seguridad ciudadana, la seguridad pública y la defensa nacional, áreas misionales del Sector donde se concentran los principales desafíos, donde se han obtenido los más importantes resultados y se dan las más valiosas oportunidades. En ese sentido la situación general de seguridad ha evolucionado de forma muy favorable para el Estado colombiano como resultado del trabajo sostenido de las Fuerzas Militares, la Policía Nacional y otras instancias estatales. Los Grupos Armados al Margen de la Ley y el Crimen Organizado con alcance trasnacional, nacional, regional y local, vienen siendo debilitados estructuralmente y desarticulados de manera decisiva” (COLÓMBIA, 2015b, p.07-8)</p> <p>“Para el Sector es claro que se continuará enfrentando amenazas y retos provenientes de los desafíos que se puedan generar en la seguridad ciudadana y la lucha contra el crimen organizado, así como de la defensa de la soberanía y los intereses nacionales” (COLÓMBIA, 2015b, p.09).</p>	

Fonte: Elaboração própria, com base em Argentina (1988, 1992); Brasil (2012a); e Colômbia (2015a, 2015b).

Historicamente, nota-se que as perspectivas de defesa e segurança na América Latina estão envolvidas em tradições militares espanholas e portuguesas, carregadas de uma amplitude nas definições das funções militares, à exceção da Argentina (UGARTE, 2001, p. 58-61). Para Saint-Pierre e Silva (2014, p. 284-290), as distinções existentes entre os países em suas definições de defesa e segurança ocorrem devido às “diferenças históricas, geopolíticas, culturais, idiossincráticas, institucionais, de percepções de ameaças e suas capacidades

defensivas” entre os países da região. Os autores destacam três fatores principais influentes: 1) “territorialidade”, por ser um ponto de conflitos, originando corridas armamentistas e ações para garantia da soberania e dos interesses nacionais; 2) “percepção de ameaças”, que reflete sobre compra de armamentos, e; 3) papel das Forças Armadas, já que podem ser empregadas em diferentes casos, tanto para a proteção da soberania, como na manutenção da estabilidade interna, variando de acordo com a política de defesa de cada país.

Observa-se a definição restrita da Argentina em relação aos termos segurança e defesa, já que, para o Estado, a defesa está centrada na ação frente a ameaças externas, utilizando o instrumento militar para tal; enquanto o nível da segurança pública cerceia o campo interno, em que devem ser empregadas as forças policiais e de segurança. No outro extremo observa-se a Colômbia que, apesar de marcar em sua Constituição o emprego das Forças Armadas para a defesa nacional, construiu a sua Força Pública, que engloba as Forças Armadas e a Polícia Nacional. Nesse sentido, observa-se a inexistência de uma definição precisa de defesa e segurança, bem como de emprego das Forças nacionais, situação essa presente em todos os seus documentos normativos, expressando apenas a convergência da segurança cidadã e pública com a defesa nacional. Contudo, devemos considerar a particularidade do caso colombiano, visto ser um país historicamente marcado por guerras internas, grupos armados e contestações constantes da soberania e institucionalidade do Estado.

Em um nível intermediário encontra-se o Brasil, com uma definição de defesa sujeita a questionamentos, devido à sua amplitude, especialmente com a ideia de “ameaças preponderantemente externas”, e sua subjetividade, com o termo “defesa do interesse nacional” (BRASIL, 2012a, p. 13-15). Comparando os dois conceitos em questão, não existe uma nítida diferenciação entre tais, sendo, contudo, a segurança um marco em expansão, abrangendo campos políticos, econômicos e sociais. Ademais, a constituição brasileira permite o emprego das Forças Armadas para além das ameaças externas, legitimada pela Lei Complementar nº 97, voltada à ação militar para a GLO e outras funções subsidiárias, como crimes transfronteiriços e crises ambientais.

Observa-se uma reformulação dos documentos de defesa após o ano de 2008, com a ampliação da transparência entre os Estados sul-americanos e a inclusão de informações referentes à cooperação em defesa na região, no

que tange o CDS-UNASUL, sendo o segundo apenas no caso de Argentina e Brasil. Apesar de não haver uma sintonia normativa entre os países analisados, existiu, ao menos, uma tentativa, por parte de Argentina e Brasil, de incorporar, em nível nacional, as medidas de confiança mútuas desenvolvidas no CDS, representando, em alguma medida, o comprometimento desses países com o órgão. Apesar de não incluir a UNASUL ou o CDS em seus documentos normativos, a Colômbia, em 2015, realizou um avanço, ao menos de expressão mais clara, em seus anseios cooperativos, determinando os países fronteiriços como peças chave para o fortalecimento de sua defesa e segurança nacional, possibilitando o aprimoramento de suas Forças Públicas e o compartilhamento de seus conhecimentos com outros países latino-americanos. Paralelamente, o Conselho de Defesa complementou as informações ausentes nos Livros Brancos e nas políticas de defesa nacionais, centrando-se na construção de dois instrumentos institucionalizados, os Registros Gastos de Defesa e os Inventários Militares Sul-Americanos, representando uma diminuição da desconfiança entre seus membros, que agora passaram a deter dados mais específicos sobre a estrutura de defesa e militar nacional/regional. Ao mesmo tempo, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e a Escola Sul-Americana promoveram um avanço tanto na conceituação de defesa e segurança, que se alinhou à política argentina, quanto ao estudo e ensino militar e civil, gerando intercâmbio de informações e conhecimentos por parte dos membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. (2013), *O Conselho De Defesa Sul-Americano (CDS): Objetivos e interesses do Brasil*. Brasília: FUNAG.
- ALMEIDA, Carlos Wellington de. (2010), “Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”, *Opinião Pública*, vol. 16, no. 1, 220-250.
- ALSINA JR., João Paulo Soares. (2003), “A síntese imperfeita: a articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 2, 2-35.
- AMORIM, Adriano Portella. (2017) “Política e Estratégia nacionais de Defesa: integração e consensos políticos”, *Rev. Bras. Est. Def.*, vol. 4, no. 2, 49-76.
- AMORIM, Celso. (2013), *A construção da identidade sul-americana em matéria de defesa*. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/agosto/idt_sul_americana_defesa.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.
- ARAVENA, Francisco Rojas. (2002), “Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad: perspectivas desde Chile”, *FASOC*, no. 1.
- ARGENTINA. (1988), *Defensa Nacional- Ley N° 23.554*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. (1992), *Defensa Nacional- Ley N° 24.059*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. (2007), *Defensa Nacional- Decreto 1729/2007*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. (2009), *Decreto 1714/2009*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. (2014), *Decreto 2645/2014*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. (1988), *Libro Blanco de la Defensa*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. (2010), *Libro Blanco de la Defensa*. Buenos Aires.
- ARGENTINA. Ministerio de la Defensa. (2015), *Libro Blanco de la Defensa*. Buenos Aires.
- BATTAGLINO, Jorge. (2009), “O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano”. *Nueva Sociedad*, 79-89.
- BRASIL. Ministério da Defesa. (2008), *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Defesa. (2012b), *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Defesa. (2012c), *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília.
-

- BRASIL. Ministério da Defesa. (2005), *Política Nacional De Defesa*. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Defesa. (2012a), *Política Nacional De Defesa*. Brasília.
- CARO, Isaac. (1994), “Medidas de Confianza Mutua en Sudamerica”. *FASOC*, vol. IX, no. 2, 01-08.
- CASTRO, Flávia Rodrigues de. (2015), “Diplomacia e Defesa: Revertendo Trajetórias Paralelas?”, *Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa (ESG)*.
- COLÔMBIA. (2015a), *Constitución Política de Colombia Actualizada con los Actos Legislativos*. Bogotá.
- COLÔMBIA. (2007a), *Departamento Nacional de Planeación. Plan Nacional de Desarrollo Estado Comunitario: desarrollo para todos*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Gobierno de la República de Colombia. (1999), *Plan Colombia*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. (2007c), *Guía de Planeamiento Estratégico 2007-2010*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. (2011a), *Guía de Planeamiento Estratégico 2011-2014 - Fortalecemos la Seguridad para dar el salto definitivo hacia la Prosperidad*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. (2014b), *Libro Blanco De Las Estadísticas Del Sector Seguridad y Defensa*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. (2007b), *Política De Consolidación De La Seguridad Democrática*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. (2003), *Política de Defensa y Seguridad Democrática*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio De Defensa Nacional. (2015b), *Política De Defensa Y Seguridad - Todos Por Un Nuevo País*. Bogotá.
- COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. (2011b), *Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad*. Bogotá.
- COLÔMBIA. (2011c), *Política Nacional de Defensa de la Libertad Personal 2011-2014*. Bogotá.
- COSTA, Darc. (2003), *Estrategia nacional*. Rio de Janeiro: L&PM.
- DIAMINT, Rut. (2012), “Documento de análisis: La institucionalidad democrática de la defensa”, in M. Donadio; M. Tibiletti (org.) *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2012*. Buenos Aires: RESDAL.
- DIAMINT, Rut. (2016), “Políticas exteriores y políticas de defensa”. *Relaciones Internacionales*, no. 30.
-

- DREGER, Fabrício Brugali. (2009), *Integração na América do Sul: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano*. Orientador: Carlos Arturi. 2009. 102 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FLEMES, Daniel. (2005), “Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile”, *Rev. Sociologia Política*, no. 24, 217-231.
- FLEMES, Daniel. (2004), “Rumo à comunidade de segurança no Sul da América Latina – uma corrida de obstáculos”, *Rev. Iberoamericana*, no. 14, 182-186.
- FUCCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; THOMAZELLA, Ana Elisa. (2015), “Diplomacia e Defesa no Governo Lula: O Diálogo Tardio”. 5º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI - *Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação*. Organização Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte: ABRI.
- FUCCILLE *et al.* (2017), “O governo Dilma Rousseff e a América do Sul: a atuação brasileira na UNASUL (2011-2014)”, *Colombia Internacional*, vol. 92, 43-72.
- FUCCILLE, A.; MARIANO, M. RAMANZINI JR., H. (2015), “O Brasil e a América do Sul: o governo Dilma (2011-2014) e a integração no subcontinente”. 39º Encontro Anual da ANPOCS. **Organização Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS.**
- GASTALDI, Sol. (2017), “El CDS como plataforma de la diplomacia de defensa Argentina (2008-2015)”, *Rev. Bras. Est. Def.*, vol. 4, no. 2, 175-197.
- GIHA, Yaneth. (2011), “Presentación”, in Colômbia (org.), *Guía de Planeamiento Estratégico 2011-2014 - Fortalecemos la Seguridad para dar el salto definitivo hacia la Prosperidad*. Bogotá.
- GUYER, Julián González. (2017), “Libros Blancos de Defensa en Sudamerica: Política exterior o política doméstica?”, *Rev. Bras. Est. Def.*, vol. 4, no. 2, 17-48.
- LIMA, Raphael Camargo. (2015), *A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa*. Orientação: Samuel Alves Soares. 2015. 257f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, UNESP/ UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.
- MARTÍNEZ, Mariana Cuéllar. (2016), “Presentación”, in Colômbia (org.), *Plano Estratégico do Setor Defesa e Segurança - Guia de Planejamento Estratégico 2016 – 2018*. Bogotá.
- MILANI, Livia Peres. (2016), *Identidade E Cooperação: Os Governos Kirchner E Lula E A Construção De Uma Identidade Coletiva em Defesa (2003-2010)*. Orientação: Samuel Alves Soares. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo.
-

- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (2012), *Atualização do Inventário de Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança*. Disponível em: <http://iadb-pt.jid.org/secretaria/medidas-de-seguranca-e-confianca>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (1995), *Declaração de Santiago sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança*. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/portuguese/declarsantiago.asp>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. (2012), *Política externa e política de defesa: uma epifania pendente*. Orientação: Antonio Jorge da Rocha. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília.
- PAGLIARI, Graciela de Conti. (2009), *Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006*. Orientação: Antônio Lessa. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.
- PEREIRA, Matheus De Oliveira. (2016), *Controle E Autonomia Nas Gestões Kirchner E Fernández De Kirchner (2003-2011): A Argentina Na Construção Do Conselho De Defesa Sul-Americano*. Orientação: Luís Ayerbe. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa De Pós-Graduação Em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo.
- PINZÓN, Érika Rodríguez. (2014), *El Discurso Político De La Seguridad En Colombia Entre 1998 Y 2010: La Convergencia Entre Política Exterior E Interior*. Orientação: Heriberto Cairo Carou. 2014. 384f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Doctorado en Estudios Internacionales y Africanos, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid.
- RAMÍREZ, Marta Lucía de Rincón. (2003), “Presentación de la Ministra de Defensa Nacional”, in Colômbia (org.), *Política de Defensa y Seguridad Democrática*. Bogotá.
- RAVAIOLI, Esteban. (2011), O Livro Branco argentino: um processo metódico e um resultado alentador, *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, no. 24.
- REZENDE, Lucas Pereira. (2013), *Sobe e Desce! Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva*. Orientação: Marco Cepik. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SANTOS, Juan Manuel. (2007), “Presentación – Ministro Defensa - Juan Manuel Santos”, in Colômbia (org.), *Política De Consolidación De La Seguridad Democrática*. Bogotá.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. (2010), “A Defesa na Política Externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro”, *Análise de Conjuntura*, no. 8, 02-19.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. (2006), “Política De Defesa E Relações Internacionais No Brasil: O Destino Das Paralelas”. *XXXVI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*. Organização Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico: LASA.
-

- SAINT-PIERRE, H.; CASTRO, G. (2008), “El Consejo Sudamericano de Defensa”, *Boletín RESDAL*, Buenos Aires, no.29.
- SAINT-PIERRE, Héctor L.; SILVA, Diego L. (2014), *A torre de Babel sul-americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em defesa*. Disponível em: https://www.academia.edu/7595033/A_Torre_de_Babel_Sul-Americana_A_Importancia_da_Convergencia_Conceitual_para_a_Cooperacao_em_Defesa. Acesso em: 27 jul. 2014.
- SANAHUJA, José Antonio. (2009), “Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina”, in L. Alfonso; L. Peña; M. Vazquez (org.), *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. Buenos Aires: CRIES.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2008a), *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de lançamento da Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/12242-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-lancamento-da-estrategia-nacional-de-defesa-brasilia-18-de-dezembro-de-2008>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2008b), *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações – Unasul Brasília-DF*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- SOARES, Samuel Alves. (2008), “Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações?”, *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XXXIV, no. 1, 160-180.
- SOARES, Samuel Alves. (2015), “Por uma Nova Ontologia da Defesa”, *Rev. Bra. Est. Def.*, vol.2, no.2, 15-20.
- SOUZA, Tamires A. Ferreira. (2018), “Medidas de Confiança Mútua”, in H. Saint-Pierre; M. Vitelli (org.), *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora UNESP.
- SOUZA, Tamires A. Ferreira; SCHWETHER, Natália Diniz. (2014), “Um Novo Despertar Para A África, A Fronteira Oriental Brasileira: O Caso Dos Fuzileiros Navais Na Namíbia”, *Rev. Esc Guerra Naval*, vol. 20, no. 2, 435–453.
- TEIXEIRA JR., Augusto W. M. (2013), *O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: Cooperação e Balanceamento como Estratégias de Autoajuda*. Orientação: Marcos Lima. 2013. 304f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- TUBINO, Carlos. (2008), “Las Medidas de confianza mutua en el campo militar como herramientas para la paz”, in A. Tamayo (org.), *Conocer la guerra, construir la seguridad: aproximaciones desde la sociedad civil*. Lima: Ed. Democracia y Fuerza Armada.
-

- UGARTE, José Manuel. (2001), “Los conceptos de defensa y seguridad en América Latina: sus peculiaridades respecto de los vigentes en otras regiones, y las consecuencias políticas de tales peculiaridades”. *XXIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Organização Latin American Studies Association. Washington D.C: LASA.
- UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. (2008), *Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano*. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=187&lang=pt. Acesso em: 02 jul. 2011.
- VAZ, Alcides; JÁCOME, Francine. (2009), “El Consejo de Defensa Suramericano. Retos para la Cooperación en Seguridad y Defensa en Suramérica”, *Policy Paper*, vol.26, 2009.
- VILLA, Rafael; VIANA, Manuela. (2010), “Os anos Uribe na Colômbia: Segurança interna e aliança estratégica com EUA na construção do Estado-nação”, *Carta Internacional*, vol. 05, no. 02.
- VITELLI, Marina Gisela. (2016a), “Consideraciones Teóricas sobre el Consejo de Defensa Sudamericano: la Seguridad Regional desde el Realismo, el Liberalismo y el Constructivismo”, *Revista de Estudos Internacionais*, vol. 7, no. 2.
- VITELLI, Marina Gisela. (2016b), “La identidad estratégica argentina y el ascenso de Brasil. Las bases ideacionales de una política de defensa cooperativa”, *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, vol. 11, no. 2, 271-289.
-